

Os custos da Justiça do Trabalho e do Poder Judiciário no Brasil

Apesar da estrutura e dos custos crescentes, o número de casos na Justiça do Trabalho segue aumentando. Além disso, os gastos do Poder Judiciário no BR são os mais altos no comparativo internacional.

Produção da indústria gaúcha começa o ano em queda

Ajuste na indústria da construção prossegue

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Os custos da Justiça do Trabalho e do Poder Judiciário no Brasil

Apesar da estrutura e dos custos crescentes, o número de casos na Justiça do Trabalho segue aumentando. Além disso, os gastos do Poder Judiciário no BR são os mais altos no comparativo internacional.

De acordo com estimativas do Dr. Ives Gandra Filho, presidente do TST, o número de novas ações trabalhistas no Brasil ultrapassou a barreira de 3 milhões em 2016. Caso isso se confirme, o Brasil renovará a máxima da série histórica, iniciada em 1941. Serão quase 344 mil processos a mais no comparativo com 2015, o que representa crescimento de 12,9% em apenas em um ano.

Ao longo das últimas décadas, as reclamações trabalhistas cresceram em ritmo muito maior do que a expansão da população. Por exemplo, em 1941, havia uma ação para cada 2.475 pessoas no Brasil. Em 2016, a proporção caiu para 1 ação a cada 69 pessoas. A situação é ainda mais grave diante da análise da capacidade do sistema em avaliar os litígios. Em 2011, cada magistrado tinha, sob a sua jurisdição, 1.461 casos a julgar, sendo que 761 eram novos. Em 2015, o número total passou para 1.716, sendo 883 novos: aumentos de 16,0% e 17,5%, respectivamente.

Apesar do incremento muito significativo no número de contenciosos trabalhistas, o que mais chama atenção é o fato de que a despesa da Justiça do Trabalho cresceu em ritmo praticamente ininterrupto ao longo dos últimos 10 anos. Em 2005, o dispêndio era de R\$ 73,8 por habitante (valor corrigido pelo IPCA a preços de dezembro de 2016). Em 2015, o gasto alcançou R\$ 105,8, ou seja, elevação de 43,4% acima da inflação. Em termos absolutos são R\$ 21,6 bilhões, equivalente a 23,2% do orçamento da Saúde e 25,1% da Educação.

Além disso, a avaliação do ônus para o setor produtivo também deve levar em consideração os valores pagos aos reclamantes, que somaram R\$ 18,5 bilhões em 2015. Em função da recessão de grandes proporções que atinge o Brasil, a expectativa é de que essas cifras aumentem nos próximos anos, fruto dos efeitos defasados entre o pedido, o julgamento e o lançamento dos valores das reclamações trabalhistas.

Todavia, é importante ampliar essa discussão, mostrando que o problema não está restrito somente à Justiça do Trabalho, mas contempla o sistema como um todo. A despesa do Poder Judiciário, que inclui seus diferentes ramos (federal, estadual, trabalhista, militar e eleitoral), assim como todos os níveis hierárquicos (primeira instância até o STF) e o CNJ alcançou 1,3% do PIB. Esse número é 11 vezes superior a da Espanha, 10 vezes maior que a da Argentina e 3,9 vezes acima da Venezuela.

O número de funcionários atuando no Poder Judiciário também é o maior entre países selecionados: são 205 a cada 100 mil habitantes, valor 5 vezes maior do que na Itália e quase 7 vezes maior do que a Inglaterra. É importante lembrar que essa medida pode

ser interpretada como um indicador da eficiência do Judiciário. Ou seja, nem mesmo o elevado contingente de trabalhadores no Brasil é suficiente para diminuir a morosidade da Justiça.

Por sua vez, o Ministério Público custa 0,32% do PIB, valor 16 vezes maior do que o total da Espanha e da Argentina. Já o Sistema de Justiça, medida mais ampla que contempla o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensorias federais e estaduais, Advocacia Geral da União, Procuradorias Estaduais e Municipais de São Paulo e Rio de Janeiro gastou 1,8% do PIB: bem superior à França (0,2%), Itália (0,3%), Inglaterra (0,32%), Alemanha (0,35%) e Portugal (0,37%).

Mesmo com um Judiciário gigante em relação ao tamanho da nossa economia, estamos muito atrasados do ponto de vista da segurança jurídica. Em 2015, o Brasil ocupou a 105ª posição entre 209 países no *ranking* de Execução das Normas Jurídicas produzido pelo Banco Mundial, gerado a partir de percepções sobre a confiança e respeito às regras, além da qualidade dos contratos e dos direitos de propriedade.

No quesito de Flexibilidade de Determinação dos Salários, o Brasil encontra-se na 119ª posição entre 138 países, de acordo com o Índice Global de Competitividade 2016-2017, produzido pelo Fórum Econômico Mundial através da opinião dos executivos participantes. Já pelo lado da flexibilidade de contratação e demissão de trabalhadores, o Brasil encontra-se na penúltima posição nesse mesmo levantamento. Somente estamos à frente da Venezuela.

Com relação aos ônus gerado pela contratação de mão de obra, um estudo desenvolvido pela FGV em 2012, a pedido da CNI, mostrou que o custo de um trabalhador pode alcançar 2,83 vezes o seu salário (183%), no caso de um vínculo com doze meses de duração. Isto deriva não apenas de encargos, mas de um conjunto de obrigações acessórias, benefícios negociados, burocracia e até da gestão do trabalho. O trabalho foi baseado em um estudo de caso. Ou seja, dependendo do setor e da atividade, esses custos podem sofrer variação.

Os dados acima enfatizam a necessidade de modernizar a legislação trabalhista como um todo no Brasil. Só assim será possível diminuir o número de ações, viabilizando o enxugamento dos custos de funcionamento da estrutura e o ônus gerado ao setor produtivo, que impede o crescimento sustentado da produção.

* Para todos os dados apresentados a partir desse parágrafo: Brasil (2013), países europeus e EUA (2012) e América Latina (2007.) Fonte: "O custo da Justiça no Brasil: uma análise comparativa exploratória", de Luciano da Ros. Publicado no *newsletter* do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil de 2015 (número 9).

Produção da indústria gaúcha começa o ano em queda

Em que pese a melhora da confiança e as expectativas de aumento na demanda, a produção industrial gaúcha no primeiro mês do ano, divulgada na semana passada pelo IBGE, caiu 3,1% em relação a dezembro, descontados os efeitos sazonais. O desempenho da produção no Estado ficou bem abaixo da brasileira (-0,1%).

Essa diferença no começo do ano da indústria gaúcha para a nacional se acentuou na comparação interanual. Em relação a janeiro de 2016, a produção industrial do RS recuou 4,1%, enquanto que, no Brasil, a produção avançou 1,4%.

Na comparação anual, além do Rio Grande do Sul, apenas a Bahia (-15,5%) registrou queda entre os 14 estados pesquisados. Destaque para Minas Gerais (+4,8%), Paraná (+4,1%), Rio de Janeiro (+4,6%), Santa Catarina (+5,6%) e São Paulo (+1,2%).

Os impactos setoriais negativos mais importantes na produção gaúcha relativamente a janeiro de 2016 vieram das indústrias de Veículos automotores (-20,0%), puxado pela menor produção de automóveis e carrocerias para ônibus; e, Máquinas e equipamentos (-15,3%), determinando pela menor produção de aparelhos elevadores ou transportadores para mercadorias, máquinas para extração ou preparação de óleo ou gordura animal ou vegetal, silos metálicos para cereais, máquinas para colheita e tratores agrícolas.

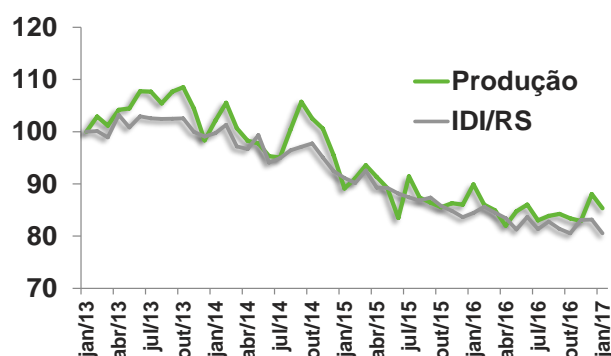
Tabaco (-28,6%) é outro segmento onde as perdas foram intensas, em decorrência da menor produção de cigarros.

Por outro lado, Móveis (+16,6%), Metalurgia (+15,3%), Celulose e papel (+13,6%) e Borracha e plásticos (+1,8%) foram os únicos setores que apresentaram crescimento no período.

No mesmo sentido, o Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS), calculado pela FIERGS, caiu 2,2% em janeiro de 2017 comparativamente ao mesmo mês do ano passado.

Produção Industrial do RS e IDI/RS

(Índice de base fixa mensal - Jan de 2013 = 100 – Dessazonalizado)



Fonte: PIM/IBGE. UEE/FIERGS.

Ajuste na indústria da construção prossegue

A indústria da construção foi um dos segmentos que mais sofreu durante a grande recessão brasileira. No acumulado dos dois últimos anos foram 11,3% de retração no seu PIB. Os indicadores conjunturais mais recentes mostram que a intensidade da queda está arrefecendo.

O nível de atividade da indústria da construção pode ser melhor avaliada a partir de dois indicadores. O primeiro é o mercado de trabalho. O setor é muito intensivo em mão de obra e a retomada da atividade e do emprego tende a ocorrer ao mesmo tempo. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2017, houve a destruição de 299 e 13.761 postos de trabalho, respectivamente. Esse resultado sinaliza que a retomada ainda não está em curso. Por outro lado, quando comparado com 2016 parece que a crise começa a ceder. No ano passado, em média, foram fechadas 32 mil vagas a cada mês.

O segundo indicador é o da produção de insumos industriais típicos para da construção civil. Nessa variável são contemplados aqueles produtos industrializados e utilizados como insumos para a construção, tais como: madeira, aço, cimento, cerâmicas, produtos de metal, etc. Da mesma forma, o resultado de janeiro ainda mostra uma queda de 4% na

comparação com o mesmo mês do ano. Essa queda é menos intensa do que observada em qualquer dos meses de 2016 na comparação interanual. Assim como no emprego, as taxas de queda estão cada vez menores, mas ainda não apontam para a estabilização, período no qual as quedas mais expressivas cessam e os primeiros avanços começam a ocorrer.

Por fim, conforme os resultados da Sondagem da Construção, com dados nacionais publicados pela CNI e para o Rio Grande do Sul pela FIERGS, a expectativa dos empresários brasileiros para os próximos seis meses é de que a atividade se estabilize e ocorra uma leve queda nos lançamentos de novos empreendimentos. No caso do RS, os indicadores contemplam um ligeiro aumento nos lançamentos, mas ainda com uma queda marginal da atividade.

Com relação aos indicadores de confiança, ambos os empresários (RS e BR) se mostram mais otimistas. Entretanto as condições atuais são avaliadas como negativas, sobretudo com relação à conjuntura da economia brasileira. O que mantém os empresários otimistas é a expectativa de melhora em relação aos últimos seis meses na situação de suas empresas e na economia brasileira.